



A práxis política segundo o De Regno de Tomás de Aquino

Fernando Henrique Cardoso¹

Resumo: Aquino representou um marco singular no período Escolástico, pois soube sintetizar e explicar diversos tópicos da Teologia e da Filosofia em suas obras, consideradas até hoje um valioso patrimônio. Porém, em sua *Opera Omnia* não se encontram apenas argumentos da ciência especulativa, mas também da práxis, inclusive a respeito da política. Para tanto, é verdade que Santo Tomás não dedicou muitos escritos ao tema, mas um deles tem um singular valor: o opúsculo *De Regno* ou “Do governo dos príncipes ao Rei de Chipre”, em que nosso autor apresenta algumas conclusões sobre as formas de governo conhecidas em seu tempo e sobre as virtudes necessárias para o governante. O objetivo do presente artigo é percorrer algumas características que nos permitirão desenhar os traços fundamentais da concepção política de Santo Tomás, com base em seu opúsculo *De Regno*, abordando também como se diferencia um governante tirano de um justo e, por fim, tratamos sobre uma especulação de como seria uma forma de governo que garantisse a estabilidade social e evitasse o surgimento de um governante injusto.

Palavras-chave: Santo Tomás de Aquino; *De Regno*; Política; Práxis

Abstract: Aquino represented a singular milestone in the Scholastic period, as he knew how to synthesize and explain various topics of Theology and Philosophy in his works, considered until today a valuable patrimony. However, in his *Opera Omnia* there are not only arguments from speculative science, but also from praxis, including with regard to politics. To this end, it is true that Saint Thomas did not dedicate many writings to the subject, but one of them has a singular value: the booklet *De Regno* or “From the government of princes to the King of Cyprus”, in which our author presents some conclusions about the ways of government known in his time and about the virtues needed by the ruler. The purpose of this article is to go through some characteristics that will allow us to draw the fundamental features of Santo Tomás's political conception, based on his booklet *De Regno*, also addressing how a tyrannical ruler is different from a just one and, finally, we deal with a speculation of what a form of government would look like that would guarantee social stability and prevent the emergence of an unjust ruler.

Keywords: St. Thomas Aquinas; *De Regno*; Policy; Praxis

¹ Mestrando em Arqueologia e Ciências Bíblicas junto ao Studium Biblicum Franciscanum, Jerusalém. Graduação em Teologia pela Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha) e em Filosofia pela PUC-Rio E-mail: fernando.h5000@gmail.com





Introdução

A filosofia política de Tomás de Aquino, embora trate mais do âmbito da *práxis*, não se separa da ontologia, fundamental para a compreensão de seu pensamento. Deste modo, qualquer asserção a respeito da arte de governar tem, para nosso autor, a premissa básica do homem como “animal social e político”, tendo como inspiração a conclusão aristotélica que, como veremos, influenciará muito em seu pensamento.

Em seu opúsculo intitulado *De Regno* ou “Do governo dos príncipes ao Rei de Chipre”² podemos encontrar algumas de suas conclusões a respeito das formas de governo e das virtudes do governante. É fato afirmar que o Angélico não investiu todo seu arcabouço teórico para almejar construir um tratado de filosofia política, tendo em vista que, em seu contexto histórico, tal temática, ao contrário dos dias atuais, não era profundamente explorada como a teologia e a metafísica.

Embora Santo Tomás em sua *Opera Omnia* tenha escrito outros livros a respeito de política (como o Comentário à *Política* de Aristóteles e o comentário à *Ética a Nicômaco*) e até mesmo trechos da *Suma Teológica* que falam a respeito também da temática política (como a I-II questões 90 a 105), nos limitaremos em abordar o *De Regno*, visto que nele se encontram diversos tópicos persistentes a serem tratados.

De Regno procurará, assim, mostrar aos leitores a perspectiva tomista acerca do poder régio, tendo como base “a autoridade da divina Escritura, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos príncipes mais dignos de louvores” (AQUINO, 1995, p. 126).

² Opúsculo escrito por Santo Tomás em torno de 1265-66 destinado ao Rei de Chipre. Tal obra não foi concluída pelo Doutor Angélico, sendo finalizada posteriormente por seu discípulo, Ptolomeu de Lucca. O objetivo de Tomás ao escrever esse texto é tratar acerca do governo régio, de sua origem até aos ofícios competentes ao Rei, baseando-se na autoridade das Escrituras, nos ensinamentos dos filósofos e nos exemplos de príncipes de notável conduta. Para a construção da obra, Tomás de Aquino dá a fundamentação da política, afirmando que é um atributo inerente à natureza humana; explicita quais são as possíveis formas de governar uma nação e de suas respectivas deturpações, salientando que a monarquia seria a melhor forma de governo e a tirania a pior forma de corrupção do governo; elucida as características do tirano e do bom monarca, apresentando uma série de argumentos de como é mais vantajoso ser um bom rei do que um tirano e, por último, ressalta como deve ser a conduta do monarca a fim de garantir o fim comum dos cidadãos.





O homem como ser político e social

Respeitando a ordem do pensamento lógico característico do período escolástico (SANTOS, 2013), Tomás de Aquino inicia sua estrutura argumentativa com uma premissa: o homem é, por natureza, animal social e político. Essa afirmação fundamenta toda a sua construção política, afirmando categoricamente que o homem não é um ente que vive para si próprio, mas, sim, relacional. De tal modo, segundo Alceu Cavalheiri:

No apontar de Jazmín Ferreira, quando Tomás de Aquino afirma que “o homem é um animal social e político por natureza”, ele estaria se utilizando de um modo peculiar da *Política* de Aristóteles. Entretanto, segundo ela, o Aquinate introduz, no que poderia ser uma citação textual do Estagirita, um atributo do homem inexistente no esboço aristotélico: o atributo social (CAVALHEIRI, 2006, p. 22)

Dessa forma, vemos que a definição tomista representa de imediato um avanço em relação à aristotélica, por acrescentar o aspecto relacional à dimensão política do homem. Por esse motivo é que o homem, embora não seja dotado de nobres atributos pertencentes a outros animais, como asas ou presas, é capaz de criar mecanismos eficazes de relação com os demais homens, a fim de que se auxiliem e se complementem mutuamente, como a linguagem e a diversidade de ciências que podem ser estudadas a fim de contribuir para a humanidade como um todo – a medicina, a engenharia e a matemática, dentre outras. Assim, a comunidade torna-se um atributo inerente à natureza humana, pois, sem ela, o homem nada pode fazer. Nesse sentido, um homem que vive sozinho não consegue desenvolver por si só os meios necessários para manter a vida, a diferença de outros animais.

Se, dessa forma, o homem está predisposto por sua essência a viver em comunidade, necessita também de uma autoridade, de um governante, visto que sem alguém capaz de dar a devida unidade ao convívio social, corre-se o risco de cada um seguir seus próprios critérios, podendo interferir ou prejudicar a liberdade do outro. É necessário, assim, que a autoridade política estabeleça e coordene ações que propiciem o bem comum, a semelhança da autoridade divina, que ordena as coisas sempre para o bem. Nesse sentido, Tomás discorda daqueles que, posteriormente, afirmaram que o homem tende por natureza à “anarquia” ou à dissensão³, tendo em vista que, por

³ Considerado por Tomás como um grande mal para o governo, tendo em vista que provoca a dispersão na diversidade de fins e ações.





analogia, assim como o princípio divino é a causa da unidade e da ordem das coisas criadas, assim também a autoridade política é a causa da ordem e da unidade social.

Contudo, para o Doutor Angélico, qual seria a melhor maneira de garantir a ordem social? Veremos, então, quais são as possíveis formas de governo, bem como as suas respectivas antíteses.

Das formas de governo

A necessidade de um governo, para o Aquinate, é um dado inquestionável. Assim como os mais diversos órgãos do corpo precisam de uma certa ordem, de um “centro de comando” a fim de que suas funções sejam desempenhadas harmoniosamente, o Estado é também como que um corpo formado por muito órgãos, os indivíduos, que precisam de uma autoridade soberana que lhes façam conviver em equilíbrio. Disso, surge a necessidade de existirem formas de governo que, segundo Santo Tomás e de reminiscência aristotélica, podem ser divididos em três tipos: a monarquia, a aristocracia e a *politia*.

A monarquia – literalmente compreendida como o governo de um só – é a forma de governo cuja autoridade política está centrada na figura de um rei; a aristocracia, o governo dos “melhores”, consiste naquele governo no qual um grupo de pessoas, consideradas mais virtuosas, regem a nação; e a *politia* ou politeia⁴, que significa o governo do povo, ou seja, quando a multidão dos guerreiros domina na cidade ou no país, ou seja, quando a administração pública está com a multidão, quando muitos governam em vista do bem comum. Dentre estes, o Doutor Angélico elege a monarquia como sendo a melhor das formas de governo, pois, constituído de um só, e este único monarca sendo um soberano justo e competente, faz com que a sociedade caminhe em ordem e em paz. Entretanto, segundo alguns de seus comentadores, o grande desejo de Tomás de Aquino seria um governo misto, onde estejam presentes as três formas de governo:

⁴ Tal regime pode ser traduzido também pelo nome de “República”, ou seja, o governo pelo qual o povo elege através do voto seus representantes a fim de que exerçam o ofício político por um tempo determinado. Tal forma de governo é o adotado em boa parte dos países atualmente, inclusive no Brasil. No entanto, no contexto de Santo Tomás, o sentido de república era como o caso da república romana, que não é igual ao sentido de república compreendido hoje.





No seu ‘projeto maior’, o Aquinate é considerado o defensor de um governo misto, onde estariam reunidos, em um mesmo sistema de governo, a monarquia, a aristocracia e o governo popular. E, ainda, segundo a sua observação de cunho teológico, a lei do Antigo Testamento já havia previsto o governo misto como melhor forma de constituir os chefes de uma cidade ou nação (CAVALHEIRI, 2006, p. 55).

Todavia, ao mesmo tempo em que nosso autor defende que o governo de um só é o melhor, quando este soberano é injusto e impiedoso, seu governo torna-se o pior possível. Assim, obedecendo a ordem do mais grave para o menos grave, Tomás elenca as corrupções das formas de governo em: tirania, oligarquia e democracia. A tirania é aquele no qual o soberano adquire seu poder pela força, oprimindo o povo e governando através da força do medo; a oligarquia, que se traduz por “principado de poucos”, consiste em um grupo de pessoas que oprime a plebe, diferindo do tirano apenas em número; a democracia, por fim, consiste também em uma espécie de tirania, na medida em que os ricos são oprimidos pelo povo através da força da multidão. Assim, todo o povo age como um só tirano. A respeito disso, diz o próprio Tomás:

Assim, porém, como é ótimo o regime do rei, também é péssimo o governo do tirano. Opõe-se à política a democracia, sendo ambas, como do exposto se patenteia, governo que por muito se exerce; à aristocracia a oligarquia, exercendo-se ambas por poucos e o reino à tirania, exercendo-os ambos um só. Que, porém, é o reino o melhor regime, mostrou-se antes. Se, pois, ao ótimo se opõe o péssimo, força é que a tirania seja o pior (AQUINO, 1995, p. 132).

Para a escolha da melhor forma de governo, o Doutor Angélico busca imaginar qual seria o que ofereceria menos riscos de converter-se em tirania. Como conclusão, afirmou que é no governo de muitos onde sucede com mais frequência o aparecimento de tirania, utilizando-se, como exemplo, o da república romana, cujo povo expulsou os reis devido à intolerância à ostentação régia e instituiu cônsules e outros magistrados para a administração pública. Tal mudança, que resultara em progressos imediatos, não tardou a entrar em decadência.

Portanto, ainda que sua eventual deturpação fosse o mais danoso para a sociedade, Tomás de Aquino elege em seu *De Regno* a monarquia como a melhor forma de governo, salientando o fato de que o Rei consegue trazer mais a ordem e a unidade do Estado do que as outras formas. Dessa maneira, o Doutor Angélico descreve os vícios que constituem um governo tirânico e em contrapartida mostra as virtudes do rei quando este é bom e justo.





Do tirano ao monarca justo

O pior resultado que se pode ter no sistema monárquico é a ocorrência de um regime tirânico, cujas bases estão assentadas no medo e na opressão, causando toda a sorte de mazelas para a sociedade.

Segundo Patrícia Calvário (2008, p. 11), o governo tirânico é injusto em dois sentidos: o corporal, pois provoca danos realmente corporais aos súditos; e o espiritual, o mais grave, que é o impedimento da prática da virtude. Por esse motivo, o tirano odeia todo aquele que procura fazer o bem e que tenha espírito de magnanimidade, pois pode facilmente perceber a injustiça cometida pelo tirano e incitar no povo o repúdio ao seu governo, causando a sua ruína. Conforme explica o Doutor Angélico:

Porque aos tiranos são mais suspeitos os bons que os maus, e sempre lhes é de temer a alheia virtude. Eis a razão pela qual pretendem os ditos tiranos que os seus súditos não se tornem virtuosos nem adquiram o espírito de magnanimidade que lhes faça intolerável a sua iníqua dominação (AQUINO, 1995, p. 134).

No cenário em que temos a presença de uma tirania, qual é a solução para Tomás de Aquino? Em seu *Policraticus*, João de Salisbury, leitor medieval de Aristóteles, por exemplo, vai admitir o assassinato do tirano por parte do povo, de maneira lícita e justa. Todavia, a base em que Santo Tomás se afincava são as Escrituras, onde incitar o assassinato do Tirano não é admissível de modo algum. Por isso, o Aquinate defende que suportar as opressões do tirano é uma espécie de virtude, a exemplo dos primeiros cristãos que se submeteram ao martírio e não se deixaram tomar por um espírito de revolta contra os imperadores romanos. Assim, Tomás indica que a melhor e mais justa maneira de combater o tirano seria formar uma oposição política, que tentará destitui-lo de seu cargo. Caso este método não funcione, resta ao povo rezar a Deus, rei dos reis, pedindo-lhe que venha em seu auxílio (CALVÁRIO, 2008, p. 11):

Ensina-nos São Pedro que devemos ser reverentemente submissos, tanto aos senhores bons e moderados, como também aos perversos. (...) Quer, assim, parecer que não se deve proceder contra a perversidade do tirano por iniciativa privada, mas sim pela autoridade pública. (...) Se, no entanto, de modo nenhum se puder obter auxílio humano contra o tirano, deve-se recorrer ao rei de todos, Deus, que é *socorro azado na tribulação* (Sl 9, 10) (AQUINO, 1995, p. 140-141).

Todavia, não se pode compreender aqui que Santo Tomás esteja sendo conivente ou complacente com a tirania; simplesmente não concorda com a revolta pelo fato de





que esta pode derrubar um tirano e colocar por ventura outro ainda pior, como não poucas vezes sucedeu e ainda sucede no curso da história. A solução pacífica visa a deposição justa do regime tirânico.

No entanto, Santo Tomás critica severamente a postura do líder que se torna tirano, afirmando que sua ruína e punição começam ainda em vida e sua glória em nada é comparada com a glória daquele que governa com retidão:

Pois, se aquele que despoja um homem, ou o reduz à servidão, ou o mata, mercê a pena máxima, que é a morte, no juízo dos homens, e a condenação eterna no juízo de Deus; quanto piores suplícios não se julga há de merecer o tirano que por toda parte e a todos rouba, trabalha contra a liberdade de todos, mata a quem quer que seja, a seu bel-prazer? (AQUINO, 1995, p. 157)

Em contrapartida, o Doutor Angélico afirma que os governantes justos e zelosos para com o bem comum são adornados de prêmios e glórias que não se encerram na posse de um prestígio terrestre, mas estendem-se à eternidade com a glória futura:

Resta, ainda, ponderar que obterão grau sublime e eminente de beatitude celeste os que exercem o ofício régio digna e louvavelmente. (...) Quanto mais não será de louvar pelos homens e de premiar por Deus, aquele que faz todo o país gozar de paz, coíbe as violências, observa a justiça e dispõe, com suas leis e condenações, como devam portar-se os homens? (AQUINO, 1995, p. 149-150).

Nesse sentido, o governo régio marcado pela justiça é digno de todo o reconhecimento, tendo em vista que o tal governante é bem visto aos olhos de Deus e seu reino possui mais prosperidade e paz do que aquele governado pelo tirano. Assim, assenta-se uma importante justificativa pelo qual ser um bom rei é melhor do que ser um tirano. Enquanto que o tirano parece ser mais temido, respeitado e detentor de posses e riquezas, seu governo é instável por viver constantemente o risco de ser deposto, ser odiado por boa parte dos súditos e, após desvincular-se do controle do reino, ter sua vida absolutamente destruída, o bom governante, por sua vez, é amado e admirado pelos seus, possui mais riquezas e posses materiais do que o tirano, além de possuir o beneplácito divino, que lhe concede também a coroa da vitória futura.

Tomás não descarta o fato de que, por estar revestido da condição humana, o rei não deixe de preocupar-se também com seu próprio bem estar. Por isso, não deixa de garantir que o bom governante há de possuir as devidas riquezas e honra subjacentes à sua condição de líder, tendo em vista que, seguindo a Aristóteles, o homem busca constantemente a felicidade (*eudaimonia*), encontrada, em certo modo, na posse de bens





corporais. O que o filósofo de Estagira não percebeu é que tais bens não são capazes de saciar plenamente esse anseio humano. Nesse aspecto, Tomás concorda com Agostinho, que afirma, em suas *Confissões*, que “inquieto está o nosso coração até que repousemos em Deus”. Assim, a plena felicidade do homem só é encontrada quando esta repousa em Deus. Nele também encontra-se a verdadeira e a plena felicidade do governante, capaz de premiá-lo através da bem aventurança eterna, tendo em vista que exerceu com honestidade o ofício político, promovendo e trabalhando para o bem comum dos cidadãos.

No que diz respeito aos deveres do governante para que ele seja justo em sua administração, Tomás enfoca que tal governo deve consistir em três momentos: a instauração da boa vida na multidão a ele sujeita, a conservação dessa vida já instaurada e seu melhoramento constante. Desse modo, é obrigação do rei buscar sempre implementar medidas que garantam o bem-viver dos cidadãos como um todo, sem privilegiar um grupo em detrimento de outros ou mesmo prejudicando a todos em favor de seus próprios interesses. Por isso, o bem da multidão deve ser permanente e não apenas por um momento e seguindo critérios meramente oportunistas. Impõe-se, assim, ao rei, três cuidados a fim de não haver a instabilidade no governo. São eles: a substituição regular dos cargos administrativos; o combate à iniquidade (em outras palavras, a corrupção) e o consequente estímulo de ações virtuosas; o cuidado com a segurança contra os inimigos. É assentado nessas três bases que Tomás de Aquino garante que o bom governante proceda equilibradamente na administração do Estado.

Ao final de seu *De Regno*, que se encontra incompleta conforme já dito anteriormente, o Doutor Angélico parece esboçar ao leitor especulações acerca da fundação da cidade, ressaltando que uma das características mais importantes desta é o fato de encontrar-se numa região cujo clima é temperado⁵, pois, segundo o autor, tal clima traz uma série de vantagens aos habitantes da região como a conservação do corpo e a longevidade, possibilitando aos cidadãos terem uma qualidade física adequada para a defesa do território em uma possível guerra.

⁵ Clima que se encontra nas zonas de médias latitudes do globo terrestre, como é o caso de boa parte do continente europeu, cuja característica principal é a presença das quatro estações do ano bem definidas.





Da possibilidade de um governo misto

Conforme havíamos afirmado anteriormente, qualquer uma das três formas de governo possíveis pode incorrer em tirania, embora na monarquia essa possibilidade seja mais remota, enquanto que no governo de muitos a chance de surgir a tirania é mais recorrente, conforme o Doutor Angélico afirma no capítulo VI do livro I do *De Regno*.

No entanto, no capítulo seguinte, Tomás parece indicar alguns procedimentos que seriam responsáveis por “dificultar” a possibilidade de o rei se tornar um tirano, conforme se lê em suas próprias palavras:

Além de que, há de estabelecer-se de tal forma o governo do reino, que, uma vez instituído o rei, se lhe subtraia a ocasião de tirania. Ao mesmo tempo também, tempere-se-lhe de tal maneira o poder, que não possa facilmente declinar para a tirania. Como isso se fará, considerá-lo-emos adiante (AQUINO, 1995, p. 138-139).

A promessa de Santo Tomás em retomar o assunto mais adiante, porém, não pôde ser cumprida devido à impossibilidade de dar prosseguimento em sua obra. Nesse sentido, podemos especular: quais tipos de procedimentos seriam indicados por Tomás de Aquino para subtrair do rei as ocasiões deste se converter em tirano? Certamente, proporia uma descentralização do poder absoluto nas mãos de um só homem, mostrando assim que, embora a favor da monarquia, nosso autor parece ser contrário a uma monarquia absolutista, pois esse tipo de governo é o mais propício a se tornar uma tirania.

A resposta de como se daria esse governo mais “equilibrado”, embora não se encontre no *De Regno*, encontra-se esboçada na I-II, q. 105, a. 1 da *Suma Teológica*, onde o Aquinate propõe uma forma mista de governo para a constituição de chefes de uma cidade ou nação (CAVALHEIRI, 2006, p. 75):

Donde o governo mais bem constituído, de qualquer cidade ou reino, é aquele onde há um só chefe, que governa segundo a exigência da virtude e é o superior de todos. E, dependentes dele, há outros que governam, também conforme a mesma exigência. Contudo, esse governo pertence a todos, quer por poderem os chefes ser escolhidos dentre todos, quer também por serem eleitos por todos. Por onde, essa forma de governo é a melhor, quando combinada: monarquia, por ser só um chefe; aristocracia, por muitos governarem conforme exige a virtude; democracia, isto é, governo do povo, por, deste, poderem ser eleitos os chefes e ao mesmo pertencer a eleição deles.

Dessa forma, Tomás propõe uma forma considerada mista de governo como regime ideal, no qual se tem a figura de um que governa auxiliado pelos “melhores” que,





por sua vez, são eleitos pelo povo. Assim, a teoria política de Tomás de Aquino torna-se mais próxima dos modelos políticos presentes na sociedade hodierna, onde os regimes democráticos e republicanos são mais frequentes, pois promovem uma maior participação da sociedade civil nos rumos políticos da nação. Assim, os atributos delineados pelo Doutor Angélico podem ser aplicados não apenas a um monarca, mas a todo chefe de Estado e de governo, figuras estas que, na contemporaneidade, são as responsáveis por garantir a unidade e a ordem do Estado. A estas autoridades incita a serem virtuosos e zelosos para com o bem comum dos cidadãos, a fim de que possam obter a devida recompensa e satisfação não apenas na vida terrena, mas também na glória futura.

Conclusão

A obra política de Santo Tomás endereçada ao Rei de Chipre visa ser não apenas um opúsculo destinado a abordar as mais diferentes formas de governo, mas a construir argumentos para confirmar a tese de que o governo de um só é, de fato, o melhor para a comunidade, mostrando, dessa forma, qual é o procedimento necessário para um governo justo.

Assim, nosso autor destaca as virtudes pertencentes ao rei justo, bem como os vícios pertencentes ao rei tirano, fazendo com que fique bem claro que governar retamente traz significativamente mais benefícios, tanto ao rei quanto ao povo, do que governar de forma tirânica, pois os males e as punições já advêm nesta vida, ao passo que o monarca justo é recompensado ainda nesta vida e será mais ainda na vida futura. Todavia, não é pelo fato de preferir a monarquia que o Doutor Angélico apoia um regime absolutista; ao contrário, defende, agora na *Suma Teológica*, a possibilidade de implementar um governo misto, onde possa haver a presença da monarquia, da aristocracia e da república, a fim de suprimir a possibilidade de o monarca se converter em um tirano por deter de forma totalizante o poder.

Nesse sentido, percebemos que a leitura do pensamento político de Santo Tomás de Aquino é pertinente aos dias atuais, tendo em vista que o *De Regno* visa ser um guia para as lideranças políticas, buscando ressaltar que o governante deve buscar sempre o zelo pelas coisas públicas e pelo bem comum dos cidadãos, implementando medidas que visem melhorar de forma permanente a condição de vida de todos, sem buscar privilegiar um setor da sociedade em detrimento de outro, além de buscar ser sempre uma pessoa





virtuosa e temente a Deus, pois deve sempre reconhecer, como afirmam as Escrituras, que a autoridade que possui não provêm de si mesmo, mas da autoridade divina (Jo 18, 10-11), que é integralmente soberana.

Referências

AQUINO, Tomás de. *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis: Vozes, 1995.

CALVÁRIO, Patrícia. *O Governo da Cidade no De Regno de Tomás de Aquino*. Covilhã: LusoSofia:press, 2008.

CAVALHEIRI, Alceu. *O Pensamento Político de Tomás de Aquino no De Regno*. 2006. 119f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SALISBURY, JOÃO DE. *Policraticus*. Madrid: Editora Nacional, 1984

SANTOS, Iveraldo. A linguagem na escolástica medieval. *Mirabilia* (Vitória. Online), v. 16, p. 134-155, 2013.

